

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Raquel Mendes de Freitas

Universidade Anhanguera-Uniderp

Regina Sueiro de Figueiredo

Universidade Anhanguera-Uniderp

Marlene T. de Muno Colesanti

Universidade Federal de Uberlândia

Resumo

A pesquisa investigou iniciativas de educação ambiental (EA) desenvolvidas pela antiga Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADES), atual Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMAADUR), na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. Para tanto, foram examinadas legislações municipais pertinentes a Educação Ambiental (EA); foi feita a análise de conteúdo de matérias jornalísticas do jornal online Campo Grande News, que divulgaram as ações da SEMADES em 2008, bem como as reivindicações da comunidade local em prol de soluções ambientais. O trabalho mostrou a existência de programas e projetos de EA no município, fomentados pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente, mas que carecem de fortalecimento e articulação entre os stakeholders envolvidos, principalmente dos que participam do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Palavras-chaves: Fundo Municipal de Meio Ambiente; SEMADES; SEMADUR; Jornal online Campo Grande News.

1. INTRODUÇÃO

As iniciativas que deram origem às políticas públicas voltadas à questão ambiental tiveram como precursores os movimentos ambientalistas que se organizaram em conferências e fóruns. Dentre eles, destacam-se na Suíça, o Clube de Roma, em 1947; em Estocolmo, a Conferência da ONU sobre Ambiente Humano, onde elaboram uma Declaração e o Plano de Ação Mundial para estabelecer um programa internacional de educação ambiental (EA), em 1972; na Geórgia (parte da antiga URSS), a Conferência de Tbilisi, em 1977; e em 1987, divulgaram o relatório *Nosso Futuro Comum*, da Comissão Mundial de Brundtland. Por meio de outros eventos dessa natureza, diferentes instrumentos como a Agenda 21, foram criados ou pelo menos sugeridos, como tentativa de combater a crescente degradação ambiental.

A crise ambiental ganhou visibilidade na agenda mundial devido às ações empreendedoras do setor econômico, que sempre usaram os recursos naturais como mercadorias, isto é, recursos (enquanto bens) para gerar recursos (riquezas, dinheiro). Abalada, a estabilidade capitalista deu espaço para situações de desconforto e insegurança aos investidores. Não só a sociedade arcou com os prejuízos, mas também a biodiversidade que foi reduzida no planeta.

Com uma opinião diferente, Soffiati (2002, 2003) diz que é cedo para sustentar que a crise da atualidade esteja corroendo a estrutura ambiental do planeta. Para ele, ainda não é possível afirmar que se acentuem os agravos cometidos pelas atividades humanas sobre o ambiente global ou que a humanidade, diante do risco de alterar os processos ecológicos fundamentais à vida seja forçada a mudar de rumo para sobreviver.

Soffiati pensa dessa forma porque entende que a crise ambiental se originou de uma concepção antropocêntrica, da tradição judaico-cristã, que considera paradigmas humanistas e mecanicistas, formulados na Europa entre os séculos XV e XVIII. Resultante do capitalismo e responsável pela evolução tecnológica, a crise ambiental é um processo que aconteceu em apenas cinco séculos da era planetária e envolveu as sociedades distribuídas pelo mundo. Para o autor, a crise ambiental deriva de uma complexa atividade cultural, política, práticas sociais e econômicas que revela seu aspecto horizontal e global.

Concomitante à realidade do setor econômico, as grandes catástrofes naturais ocorridas no mundo, como terremotos, abalos sísmicos, tufões, tsunamis, entre outros,

também contribuíram para o aumento dos problemas que refletiram tanto na fauna, flora e no próprio homem, este último, responsável por guerras e bombas nucleares.

Mas percebe-se nesse cenário, que a preservação, a conservação e a recuperação ambiental dependem da economia e esta precisa do ambiente para se manter eficiente e fazer com que o capital gire. Portanto, as políticas públicas tornam-se imprescindíveis a ambos. E essa tarefa só é possível quando se adota uma racionalidade econômica, de como explorar os recursos naturais e destinar adequadamente os resíduos sólidos.

Tais discussões ambientais apontam que por meio de fundamentos de bases ecológicas, social, cultural e que permite a democracia participativa, pode-se ajudar nas tomadas de decisão e de gestão do desenvolvimento sustentável, de forma que haja políticas ambientais eficazes. Um caminho para articular isso seria colocar em prática o saber ambiental.

Enrique Leff divulgou com propriedade os conceitos do saber ambiental e vê a globalização da degradação socioambiental como um elemento para chamar a atenção da sociedade para a necessidade de adotar valores e princípios ecológicos que assegurem a sustentabilidade no processo de desenvolvimento. O saber ambiental ainda está sendo construído, pois depende do contexto ecológico e sociocultural onde se insere.

Leff (2002) explica que para se alcançar o desenvolvimento sustentável, cada região que tem suas próprias condições ecológicas, culturais e tecnologias precisam reorganizar a produção do potencial ambiental. Isto seria uma aplicação da racionalidade ambiental, que muda os paradigmas científicos tradicionais e produz novos conhecimentos, com perspectivas epistemológicas (apreensão cognitiva) e diferentes métodos para tratar os problemas socioambientais.

Essa visão socioambiental¹ se orienta por uma racionalidade complexa e interdisciplinar que entende a natureza como campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, ou seja, o ambiente é um espaço relacional onde pode haver a sustentabilidade e propiciar o aumento da biodiversidade (CARVALHO, 2004).

Trazendo essa discussão para a realidade brasileira, Jacobi (2003) observa que a maior parte da população brasileira vive em cidades, onde há crescente degradação das condições de

¹ A visão sócioambiental é oposta à visão naturalista, que é biológica, autônoma, conservacionista e separa o mundo natural do mundo humano, pois entende que o homem ameaça a integridade da natureza (CARVALHO, 2004, p.36).

vida e uma crise ambiental instaurada. Para o autor, a EA desenvolvida no Brasil é muito diversa, e ainda é muito restrita a presença dos órgãos governamentais como articuladores, coordenadores e promotores de ações.

Sabe-se que um dos instrumentos utilizados como articulador entre diferentes atores e *stackholders* é a educação ambiental, pois esta se pauta na ética para alcançar a sustentabilidade ecológica e o princípio da equidade social, que tem como metodologia a interdisciplinaridade entre áreas do conhecimento.

Jacobi (2003) sugere que os governos locais deveriam criar espaços públicos e plurais que permitissem à população participar mais dos processos decisórios, e assim, estimular à co-responsabilidade social na preservação ambiental, para findar com o estereótipo de que as responsabilidades urbanas dependem somente dos governos. O autor entende que a EA é um ato político voltado para a transformação social e que conduz a educação para a cidadania.

Concordando que além dos ambientalistas e da sociedade contemporânea, cabe também ao Estado, elaborar projetos nas esferas nacionais, regionais e locais, que estimulem as populações explorar o ambiente de forma sustentável, por meio da educação, pode-se lançar um olhar sobre a situação do município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Observa-se que a Prefeitura Municipal formou em 2004 uma equipe dentro da antiga Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADES) para trabalhar com Educação Ambiental e articular as ações entre as demais secretarias, órgãos públicos e privados e a sociedade. Esta equipe foi composta por economista, administrador, engenheira, assistente social e duas biólogas. Em janeiro de 2009, a Secretaria adquiriu uma nova composição, pois se fundiu com a antiga Secretaria de Controle Urbanístico (SEMUR), formando então a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR).

O objeto deste estudo foi conhecer iniciativas em educação ambiental promovidos pela antiga SEMADES, atual SEMADUR, pois tem se observado que a mídia local divulga para a comunidade um número reduzido de matérias jornalísticas sobre as ações de educação ambiental realizadas pela Secretaria. Mediante esse fato, surgiu o seguinte problema: as iniciativas da antiga SEMADES e atual SEMADUR têm promovido a educação ambiental local?

Para responder a esta questão, a pesquisa estabeleceu os objetivos de: (a) examinar as legislações municipais ambientais, pertinentes à educação ambiental; (b) analisar o conteúdo

das matérias jornalísticas sobre as iniciativas da Secretaria relativas às ações de EA; (c) verificar os serviços de educação ambiental desenvolvidos pela SEMADUR.

2. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa teve abordagem qualitativa, pois examinou documentos legais sobre legislações ambientais vigentes do município de Campo Grande, pertinentes à educação ambiental; analisou o conteúdo de matérias jornalísticas do jornal digital Campo Grande News (www.campograndenews.com.br); foi entrevistado um profissional da SEMADUR que em janeiro de 2009 respondia pelas questões políticas da Secretaria, para saber quais eram os serviços de EA desenvolvidos pela Secretaria.

Do “Caderno ambiental de coletânea da legislação ambiental”, disponível no site da SEMADES <<http://www.pmcg.ms.gov.br/SEMADES/downloads/673cadernoambiental.pdf>>, o qual reúne todas as leis ambientais do município, foi possível extrair somente as leis municipais pertinentes à educação ambiental, e que eram o interesse desta investigação.

Percebe-se que a mídia é um instrumento que a Secretaria usa para divulgar suas ações e responder publicamente pelas cobranças que lhe são feitas pela comunidade local. Em Campo Grande circulam diariamente cinco jornais impressos, sete revistas, têm 25 emissoras de televisão, 18 emissoras de rádio, 12 jornais *online*.

E nesse universo midiático, foi feita uma escolha intencional de optar por estudar o conteúdo do jornal eletrônico Campo Grande News, por este veículo de comunicação ter sido pioneiro no ciberjornalismo em 1999, no Estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, ele é um jornal de referência, tem credibilidade na comunidade local e sua preferência como fonte de informação alcança 3,5 milhões de *pages view* diários (SANTOS, 2009). Em 2009, o site conseguiu disponibilizar 200 matérias por dia, abordando os assuntos sobre política, economia, esporte, cultura e agricultura. O diferencial do Campo Grande News é que ele produz seu conteúdo noticioso utilizando em seu projeto gráfico textos, imagens, áudio e vídeo.

No levantamento sobre as matérias jornalísticas divulgadas durante o ano de 2008, no site do jornal *online* Campo Grande News, foram digitadas as palavras: “semana do meio ambiente” e “ambiente”, no instrumento Busca. Assim, pôde-se encontrar 19 matérias, todas publicadas na editoria Geral, as quais eram assinadas por jornalistas. As matérias selecionadas

eram sobre as ações de EA desenvolvidos pela Secretaria ou atividades na qual ela se envolveu.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. LEIS AMBIENTAIS MUNICIPAIS PERTINENTES À EA

Observou-se que a criação das legislações ambientais municipais aconteceu anos após as leis federais ambientais já as terem previstas. Em ordem cronológica podem ser citadas:

A Lei nº 3.042/94 que estabeleceu a coleta seletiva, reciclagem e destino final do lixo, incluindo em seu Art.3º que a renda da comercialização do lixo seco deveria ser destinada às escolas da Rede Municipal de Educação (REME) e para os programas municipais de apoio a menores carentes.

Em 1995, a Lei nº 3.176 criou o Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA), cujo Art.3º-XIV diz que cabe ao CMMA propor e acompanhar os programas de educação ambiental, por meio da realização de seminários, palestras e estudos.

Dez anos depois a Resolução do CMMA nº 02/2005 dispôs sobre a criação da Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental, para propor, organizar e promover consultas e reuniões com os órgãos municipais e segmentos da sociedade, para a criação da Política de Educação Ambiental.

Vale lembrar que o termo educação ambiental foi criado por Patrick Geddes, em 1889, dentro de uma visão naturalista e levou tempos para se libertar de seu conceito original e poder se integrar na visão socioambiental. Segundo Augusto (2006), a EA não tem uma identidade epistemológica definida, pois sua constituição no campo ambiental é recente.

Em 1999, a Lei Municipal nº 3.612 instituiu o Sistema Municipal de Licenciamento e Controle Ambiental- SILAM, e também criou o Fundo Municipal de Meio Ambiente- FMMA. Mas para entender o FMMA, vale lembrar que o governo federal foi quem deu o primeiro passo ao criar por meio da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), como parte da estrutura do Ministério do Meio Ambiente (MMA), vinculado à Secretaria Executiva, com a missão de contribuir e implementar a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), tendo participação social.

Este foi o primeiro fundo socioambiental do país que incorporou membros da sociedade civil em sua estrutura, sendo representada por um Conselho Deliberativo. Coube ao Conselho estabelecer prioridades e diretrizes para a atuação do FNMA, além de julgar os projetos apresentados por pessoa jurídica como as Instituições Públicas e as Instituições Privadas brasileiras, que não tinham fins lucrativos. A ressalva era de que esta última, precisava existir no mínimo há dois anos e que atuasse em áreas do meio ambiente.

De um modo geral, cada projeto deveria atender aos Princípios Gerais do FNMA, tais como: demonstrar ganho ambiental; utilizar técnicas que evitassem riscos de degradação; contemplasse de forma integrada a questão socioambiental; apresentasse estratégias que conduzissem às políticas públicas; beneficiasse a população local e apresentassem estratégias de sustentabilidade para a continuidade do trabalho.

Considerado o principal fundo público de fomento socioambiental do Brasil, o FNMA já apoiou mais de 1.300 projetos, cujos investimentos, em torno de R\$ 170 milhões, foram destinados às iniciativas de conservação e uso sustentável dos recursos naturais (CAMPO GRANDE, 2008).

O Tesouro Nacional é quem disponibiliza os recursos para apoiar os projetos por meio de fontes ordinárias, parcerias entre SPRN/GTZ-Kfw, empréstimos do BID, quota-parte do petróleo, lei de crimes ambientais, CIDE Combustíveis e doações como a da cooperação técnica Brasil/Holanda. Tudo acontece por meio de convênio entre o FNMA e a Instituição Proponente.

À luz desta lei federal, em Campo Grande por meio da Lei nº 3.612, foi criado o Fundo Municipal do Meio Ambiente de Campo Grande (FMMA), para a realização de programas e projetos ambientais que tenham participação social (CAMPO GRANDE, 2008).

O FMMA está vinculado ao Gabinete do Prefeito e é gerido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR). Também conta com a participação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, responsável por dar parecer às propostas dos projetos. O corpo técnico do FMMA analisa, acompanha e avalia a execução de projetos. Porém, não foram encontrados documentos que mostrem como são empregados os recursos advindos do FMMA, devido à falta dessas informações não serem divulgados internamente na Secretaria e para a sociedade. Tais recursos poderiam ser usados em novos projetos ambientais e até mesmo para a aquisição de equipamentos e instrumentos, a fim de

beneficiar a própria Secretaria, dando melhores condições de trabalho aos funcionários públicos.

No site da SEMADES² há o exemplo de um edital para projetos de EA que queiram obter apoio do FMMA, porém precisam ter as seguintes áreas focais:

- coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos e a reciclagem de materiais;
- conservação, ampliação e manejo da arborização urbana e a difusão da legislação municipal que disciplina o assunto;
- monitoramento de qualidade e quantidade dos recursos hídricos;
- envolvimento das comunidades que habitam no entorno de áreas verdes urbanas ou unidades de conservação na gestão compartilhada de áreas protegidas;
- produção e disseminação de materiais sustentáveis como energia solar, produção orgânica, retenção de águas pluviais em lotes urbanos;
- criação de estruturas, ferramentas e processos dedicados de animação da rede de educação ambiental do município, para que haja articulação interinstitucional, ampliação do número de integrantes da rede e difusão das práticas de educação ambiental.

Já na Lei Municipal de Campo Grande nº 3.747/00, o meio ambiente foi tratado como tema transversal nas escolas municipais. Em seu Art.2º, foi definido, de acordo com o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), que a Educação Ambiental é compreendida como processo de formação e informação social para desenvolver consciência crítica sobre os problemas ambientais; possibilitar o desenvolvimento de habilidades e instrumentos tecnológicos; e conduzir à participação das comunidades na preservação ambiental. E no seu Art.3º, diz que a EA será desenvolvida por todos os profissionais da educação, podendo buscar a reciclagem na matéria através de cursos mantidos pela Secretaria Municipal da Educação.

Colessanti (1994) relatou que no Brasil, em 1987, o Plenário do Conselho Federal de Educação (MEC) incluiu a EA como tema transversal nas propostas curriculares das escolas de 1º e 2º graus, coincidindo com a divulgação do relatório Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial (de Brundtland).

² Disponível em <<http://www.pmcg.ms.gov.br/?s=39&location=24&idCon=2079&idPai=2077>> Acesso em 27 jan. 2009.

Em 2005, a Lei Municipal nº 4.296 instituiu a Semana Municipal de Preservação da Água para ser comemorada no período de 16 a 22 de março como parte integrante do calendário oficial do município.

No mesmo ano, por meio da Lei Municipal nº 4.299/05 foi instituída a Semana Municipal do Meio Ambiente, cujo Art.2º estabeleceu que caberia ao CMMA em conjunto com as demais Secretarias programar eventos, atividades, palestras, programas, exposições e projetos que promovessem a educação ambiental, conservação, a defesa, a melhoria da qualidade do ambiente e preservação do equilíbrio ambiental, de forma a proteger a fauna e flora e combater as agressões ambientais. Em seu Art.3º foi estabelecido que atividades fossem desenvolvidas por todos os profissionais de educação, visando à educação ambiental, com o uso da reciclagem e coleta seletiva. E no Art.4º, que as despesas decorrentes da execução da lei seriam pagas pelo orçamento próprio.

Em 2006, por meio do Decreto Municipal 9.722 foi instituído o Comitê Municipal de Monitoramento do Programa: Reciclar de Coleta Seletiva de Campo Grande, no âmbito da SEMADES. O objetivo era acompanhar, avaliar e fornecer subsídios para eventuais ajustes que se fizerem necessários na primeira fase do programa e participar das discussões para a formulação dos projetos na segunda fase.

Em 2007, a Lei nº 4.483 alterou o dispositivo sobre alterações dos membros do conselho da Lei nº 3.176/95 que criou o CMMA.

Dessa forma, foi possível verificar todos os dispositivos legais que orientam os procedimentos da equipe da Secretaria quanto a propor e desenvolver programas e projetos voltados à educação ambiental.

3.2. ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS: INICIATIVAS DA SEMADES QUANTO À EA

Em 2008, o jornal *online* Campo Grande News divulgou 19 matérias sobre as ações de educação ambiental desenvolvidas pela antiga Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADES). Os assuntos abordados eram sobre as comemorações do Dia da Água e da Semana do Meio Ambiente, investigação de crimes ambientais, eventos de sensibilização ambiental, protestos da comunidade e plantio de árvores.

Observou-se que as fontes de informações procurados na Secretaria restringiam-se a apenas duas pessoas, o Secretário e um engenheiro civil. Já nas matérias sobre protestos ambientais, as fontes foram um ambientalista, que também é coordenador da Associação Bálamo e moradores dos locais que enfrentam problemas ambientais. Esse procedimento de restringir as fontes nas matérias jornalísticas pode ser um sinal tendencioso, ou seja, conduz o leitor a olhar a situação por apenas um ângulo, ou evidenciam a falta de outros atores que poderiam dar contribuições para as discussões e até mesmo propor soluções para os problemas apontados.

As matérias jornalísticas analisadas eram apenas informativas, pois mostravam de forma sucinta o que aconteceu, onde e quando. As fotografias produzidas no local dos fatos ocorridos foram usadas apenas em sete matérias.

A Figura 1 mostra a obstrução de córregos por poluição e erosão. O título da matéria foi: “Prefeitura diz que tem projeto para nascente do Lageado”, produzida em 25/11/2008.

A Figura 2 é o exemplar de um peixe morto no córrego Imbirussú. O título da matéria: “Morte de peixes intriga moradores do Jardim Carioca”, publicado em 27/06/2008.

Figura 1- Morador mostra nascente tomada por areia.



Figura 2 - Indústrias frigoríficas estariam despejando no local os dejetos da produção.



Fonte: Minamar Junior. Disponível em <<http://www.campogrande.news.com.br/canais/view>> Acesso em 10 fev. 2009.

A Figura 3 mostra as faixas de protesto ambientais feitas pela comunidade. A matéria teve como título “No Dia da Água, projeto cobra revitalização do Bálsamo” e foi divulgada em 22/03/2008.

A Figura 4 trata do plantio de árvores no córrego Bálsamo. “Consciência ambiental marca a abertura da 11ª Moto Road” era o título da matéria, veiculado em 22/05/2008.

Figura 3 - Comunidade fez protesto neste sábado no bairro Santo Eugênio.



Fonte: Minamar Junior. Disponível em <<http://www.campogrande.news.com.br/canais/view/?canal=8&id=223135>> Acesso em 10 fev. 2009.

Figura 4 - Plantio de árvores feito no início da tarde.



Fonte: Valeska Medeiros. Disponível em <<http://www.campogrande.news.com.br/canais/view/?canal=8&id=227660>> Acesso em 10 fev. 2009.

Nas matérias publicadas em 2008, existiam informações sobre a necessidade de um projeto para preservação e recuperação dos córregos Lageado e Bálsamo, reivindicados respectivamente pela Associação de Moradores do Residencial Maria Aparecida Pedrossian e Associação Bálsamo.

A comunidade local teve muitas vezes o apoio da SEMADES para os seus projetos, em 2008, porque promoveu a Campanha “Salve Bálsamo”, estimulou eventos como “Paz na comunidade” no parque Ecológico Anhanduí, oferecendo palestras sobre paz, convivência, saúde e meio ambiente, show de música e mutirão de pintura para a cerca do parque. Outro

evento que se destacou foi a “Valorização da árvore na Rua da Paz”, idealizado pelo Colégio Adventista que sugeriu a preservação de uma árvore centenária da espécie Tamboril (também conhecida como Timbaura, Orelha de Onça ou Orelha de Negro), por meio da construção uma praça ao redor da árvore.

Para comemorar o Dia da Árvore (21 de setembro), a Secretaria, em parceria com empresas locais plantaram mudas de árvores nativas no Parque do Sóter, distribuíram mudas e cartilhas na Avenida Afonso Pena e no Shopping, além de ações de conscientização em escolas.

Durante a Semana do Meio Ambiente, entre 1º e 8 de junho de 2008, a SEMADES lançou o projeto de EA Coleta Seletiva Solidária para coletar e dar destinação ambientalmente adequada aos materiais recicláveis descartados por órgão e entidade da administração municipal. Esse trabalho foi acompanhado de campanha educativa e os materiais coletados foram destinados às instituições sociais sem fins lucrativos. Outras atividades coordenadas pela secretaria nesse mesmo período foram:

- Plantio de árvores nativas em bairros e entrega de certificado de manejo de árvores para os participantes;
- Apoio ao Shopping Campo Grande que lançou a blitz ecológica, com medição gratuita dos gases de escapamentos dos carros;
- Apoio aos participantes do Moto Road que plantaram árvores no córrego Bálsamo em parceria com a Associação Bálsamo;
- Apoio à Agetran, Câmara de Dirigentes Lojistas e Associação Comercial e Industrial de Campo Grande no projeto “Na cidade sem meu carro”, que incentivou o uso do transporte coletivo, bicicletas e caminhadas, para contribuir com a diminuir da poluição do ar;
- Prêmio Ecologia e Meio Ambiente;
- Oficina oferecida pelo Instituto Mirim Promova a Vida. Recicle³;
- Ação Educativa Controle da Poluição Sonora;

³ O Projeto Promova Vida. Recicle iniciou com o recolhimento de latas de alumínio para geração de recursos do Instituto. Hoje, busca conscientizar os adolescentes sobre a preocupação com o equilíbrio ambiental. As etapas do projeto incluem: refletir e discutir os temas nas oficinas de filosofia; assistir vídeos e produzir textos; ir nas comunidades em que residem e fazer entrevista, coleta de dados e imagens; divulgar o material coletado; dar continuidade e sistematização para a coleta seletiva no Instituto e nas residências dos alunos; converter renda da coleta seletiva em materiais pedagógicos; produzir nas oficina de materiais recicláveis, material pedagógico e brinquedos para serem doados aos CEINFS; visitar a nascente do Córrego Prosa e fazer trilha ecológica.

- Lançamento da campanha Queimada Mata;
- Projeto Meio Ambiente e Música; dentre outros.

3.3. OS SERVIÇOS EM EA DESENVOLVIDOS PELA SEMADUR

Segundo Válber (2009), que respondia pelas questões políticas da SEMADUR sobre as iniciativas em educação ambiental em janeiro de 2009, a Secretaria faz parte da Rede Brasileira de Agenda 21 e da Rede Brasileira de Fundos Sócio-Ambientais, que capta recursos para a implantação de projetos, por meio do FMMA (recursos provenientes de licenciamentos e multas).

Evidencia-se que a Secretaria é responsável por organizar a Semana da Água (22 de março), Semana do Meio Ambiente (5 de junho), Semana da Árvore (21 de setembro), Conferência Municipal do Meio Ambiente (em fevereiro), Conferência de Desenvolvimento Urbano e Conferência Infanto-Juvenil de Educação. A Conferência Municipal é preparatória para a Conferência Estadual que acontece em março de cada ano e Conferência Nacional, em maio. Qualquer cidadão pode participar da Conferência Municipal com direito a voz, a votar e ser votado, desde que informe no ato da inscrição o setor/segmento que representa (instituição).

Por meio de visita *in loco* à Secretaria, em janeiro de 2009, viu-se que a equipe responsável pelos trabalhos de educação ambiental ficavam separada em duas salas e longe dos outros setores da SEMADUR. E assim, pôde-se observar que não existem relacionamento e comunicação interna entre os setores da SEMADUR, o que dificulta a participação dos profissionais na elaboração e execução de todos os eventos relatados no parágrafo anterior.

Quando acontece um evento em prol da educação ambiental, ele acaba sendo organizado por duas ou três pessoas, sendo que algumas vezes é de iniciativa de alguém de outro setor da Secretaria, como aconteceu com a Conferência Municipal do Meio Ambiente em fevereiro de 2008, organizado por profissionais do setor de Áreas Verdes e outro do setor de Licenciamento Ambiental, conforme declaração e agradecimentos do Secretário, feitos durante a Conferência. São dificuldades internas que todo setor público enfrenta, mas que precisam passar por um processo de gestão pública que consiga articular a comunicação entre os setores, evitando que cada profissional fique restrito somente às suas tarefas.

Observa-se que quando a comunidade enfrenta algum problema ambiental, seus representantes legais (presidentes de associações) buscam a Secretaria para obter conhecimento e solução. Muitas das vezes, as reclamações e reivindicações são encaminhadas para os Conselhos Regionais, Conselho do Meio Ambiente, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho de Desenvolvimento Urbano ou Conselho de Turismo. Percebe-se que estes são instrumentos criados para permitir os espaços públicos e plurais de discussão entre os *stakeholders*, como sugere Jacobi (2003).

Como as atividades da Secretaria sempre estão inseridas em diferentes programas e o número de projetos desenvolvidos, são muitos, há a parceria com órgãos públicos, empresas, ONGs, instituições educacionais e representantes da sociedade.

Quando empresas precisam fazer uma compensação ambiental, elas já tendo recursos destinados a esse tipo de atividade, são convidadas pela Secretaria para participar de algum projeto que se encontra em andamento, ou até mesmo para juntos, elaborar um que possa ser realizado junto com a própria Secretaria ou não.

Outro recurso que está disponível no site da Secretaria é o Cadastro Municipal de Entidades Parceiras do Meio Ambiente e também o Questionário de Entidades Parceiras do Meio Ambiente para as instituições que trabalham com questões ambientais e que queiram ser Parceiro do Meio Ambiente (CME), nas atividades de educação ambiental, projetos de conservação ambiental, assessoria e consultoria técnica, ecoturismo, projetos com comunidades locais, campanhas de mobilização, pesquisas e desenvolvimento e excursionismo.

De acordo com o depoimento de Válber (2009) alguns dos novos projetos a serem desenvolvidos pela Secretaria em 2009 serão: fornecer em um site material sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável e turismo para as 90 escolas municipais, para serem usadas em diferentes disciplinas e estimular a comunicação e troca de informação por meio de uma rede; articulação com o CTG Tropeiros da Querência e outras associações o plantio de erva-mate na zona rural; plantio da espécie exótica NIN, cuja propriedade é ser repelente para insetos, em 850 casas na região do Cerradinho, construídas pela Empresa Municipal de Habitação (EMHA).

4. CONCLUSÃO

O estudo conseguiu responder a pergunta da pesquisa e entendeu que tanto a antiga Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADES), como a atual Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR) têm promovido iniciativas voltadas à educação ambiental em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Porém, os eventos e atividades são organizados por algumas pessoas e não contam com o envolvimento e participação de todos os setores da Secretaria. Isso é o que acontece em muitos órgãos públicos devido à falta de comunicação interna e de gestão pública.

Constatou-se que a Secretaria conta com parcerias importantes de empresas, instituições e da comunidade local em seus programas e projetos voltados à educação ambiental, e consegue arrecadar divisas por meio do Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA).

Quanto à legislação, percebeu-se que há uma busca para implementar as leis ambientais federais e municipais. A Secretaria enfrenta pressões do poder público e da sociedade, que apesar de terem os mesmos objetivos de preservação, conservação e recuperação do ambiente, muitas vezes percorrem caminhos diferentes que dificultam solucionar problemas ambientais.

Apesar da análise de conteúdo ter sido aplicada a um único veículo de comunicação, no jornal Campo Grande News, percebe-se que ainda há pouca divulgação sobre as atividades de educação ambiental que a Secretaria desenvolve.

Logo, tanto por meio das matérias jornalísticas, quanto por meio do depoimento da pessoa que respondia pelas questões políticas da SEMADUR (em janeiro de 2009), constata-se que os programas e projetos da Secretaria ainda carecem de melhores planejamentos das atividades propostas, para que os resultados se configurem realmente como sendo de educação ambiental, como exemplo os desenvolvidos em datas comemorativas (Semana do Meio Ambiente e Semana da Árvore) que privilegiam o plantio de árvores e alguns atos de sensibilização ambiental, tais como blitz ecológica e Projeto Meio Ambiente e Música. Espera-se que durante todo o ano, possa haver atividades variadas de conscientização e prática da EA, que atraiam a comunidade local para participar de todo o processo que envolve as políticas públicas voltadas para a temática da educação ambiental.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, A. V. L.; LAMBERTUCCI, H.; SANTANA, L. C. A busca da identidade epistemológica da educação ambiental: a contribuição do pensamento complexo de Edgar Morin. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Claro/SP, v.16, p.107-19, jan./jun. 2006.

CAMPO GRANDE. **Fundo Municipal de Meio Ambiente**- oficina de capacitação para a elaboração de projetos. SEMADES. Campo Grande, dez. 2008.

CARVALHO, I. C. Repensando nosso olhar sobre as relações entre sociedade e natureza. In: **Educação ambiental: formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

COLESANTI, M. T. M.; FARNESI, C. **Elementos da história da educação ambiental**. Adaptado de DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. 6 ed. São Paulo: Gaia, 1994. Apostila para o curso de Formação de Agentes Ambientais: pensar no futuro, agir no presente. Uberlândia, MG.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

LEFF, E. **Saber ambiental: do conhecimento interdisciplinar ao diálogo de saberes**. Epistemologia ambiental. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, A. Campo Grande News 10 anos: marco do jornalismo online. **Campo Grande News**. Editoria Geral. Disponível em < <http://www.campogrande.news.com.br/canais/view/?canal=8&id=249508>>. Acesso em 30 mar. 2009.

SOFFIATI, A. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania. In: LOUREIRO, C. F. B. et al (Orgs.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

SOFFIATI, A. Da natureza como positividade à natureza como representação. **Infolink**. Disponível em <http://hps.infolink.com.br/peco/soff_01.htm> Acesso em 26 ago. 2003.

VÁLBER, A. **Alex Válber**: depoimento [jan. 2009]. Entrevistador R. M. Freitas. Campo Grande/MS: 2009. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao trabalho Educação ambiental e políticas públicas.